

Samney pede trégua e negocia dívida estadual

O presidente José Sarney chamou, ontem, ao Palácio do Planalto o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), para negociar politicamente uma solução para a dívida dos Estados com aval do Governo Federal. Ele apelou em favor de uma solução que atenda aos interesses das duas partes. Em consequência disso, o presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), suspendeu a divulgação — prevista para ontem — do relatório que propõe o pagamento escalonado da dívida a vencer no próximo ano, excluindo o principal, que seria totalmente financiado.

O Governo considerou a proposta, cuja votação está prevista para segunda-feira, prejudicial ao combate do déficit público. Ele pretendia, com a proposta que encaminhou ao Congresso — exigir dos Estados o pagamento de 25 por cento do total da dívida

vencida e a vencer no próximo ano —, uma arrecadação de Cz\$ 550 bilhões. A proposta da Comissão reduz essa previsão para cerca de Cz\$ 110 bilhões e propõe que o Governo compense a queda de receita com cortes nos subsídios e incentivos, excluídos os destinados à Sudene e à Sudam. Ela não foi aceita e se criou o impasse.

Para superá-lo, o presidente Sarney autorizou o ministro da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, a negociar com o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, uma saída política. Ontem à noite, os dois discutiram o assunto, sem chegar a nenhuma conclusão. As conversas deverão prosseguir, hoje de manhã, de acordo com a previsão do deputado Ibsen Pinheiro. O parlamentar gaúcho disse que fez duas perguntas ao Presidente: a primeira, se o governo estava disposto a se "mover", negociar, e, a segunda, qual seria o interlocutor oficial. O Presidente ressaltou que pretende negociar.

Ibsen Pinheiro, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho, criticou duramente os ministros da Fazenda, Mailson da Nobrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, cujas declarações inflexíveis, contrárias a um acordo, estavam dificultando a viabilidade deste.

ADIAMENTO

O deputado Cid Carvalho, em entrevista coletiva, destacou que, em face do apelo do Presidente, mandou reter a divulgação do relatório da Comissão e transferiu-a para hoje às 18h. Até lá, destacou, será possível encontrar uma saída negociada. As 8h, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, dirigiu-se à Comissão para presenciar a divulgação do relatório e foi surpreendido com a notícia da sua suspensão. Reuniu-se em seguida com os deputados Cid Carvalho, Ibsen Pinheiro e os senadores Ronan Tito (PMDB-MG) e Severo Gomes (PMDB-SP), para tomar pé da situação. Deu

entrevista, posteriormente, ressaltando que a solução poderá sair de uma negociação entre o líder Ibsen Pinheiro e o ministro Costa Couto.

Ulysses destacou que não será possível uma solução que discrimine qualquer Estado.

ALTERNATIVA

Por enquanto, a alternativa que está na mesa é a formulada pela Comissão Mista de Orçamento, ou seja, pagamento diferenciado da dívida a vencer no próximo ano: quem deve até 300 milhões de dólares financiará 100 por cento, ou seja, não pagará nada; de 300 milhões de dólares a 500 milhões de dólares, os Estados devedores pagarão somente 10 por cento e financiarão 90 por cento; de 500 a 1 bilhão de dólares, financia-se 80 por cento e paga-se 20 por cento; e acima de 1 bilhão financia-se 75 por cento e paga-se 25 por cento. O Governo reagiu contrariamente e apelou para uma negociação. Portanto, não há, por enquanto, nenhuma solução.

Cid dá mais verba ao DNER

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho — PMDB/MA — disse — dia 25 — que apoiará o relatório do sub-relator para o orçamento do setor de transportes, deputado José Carlos Vasconcelos — PMDB/PE, quando este for apresentado à comissão e ao relator-geral do projeto de orçamento do Governo para 1989, senador Almir Gabriel — PMDB/PA. Cid Carvalho fez a declaração ao receber uma comissão de representantes da Associação Comercial de Minas Gerais, que foi lhe fazer um apelo para que a comissão remaneje recursos destinados pela proposta do Governo a outras áreas menos prioritárias para o setor de transportes, a fim de cobrir parte do déficit previsto no orçamento do DNER para o próximo ano.

Segundo se soube, o relatório do deputado José Carlos Vasconcelos propõe que seja destinado ao setor rodoviário, além do que destina a proposta do orçamento, mais Cz\$ 96 bilhões e 120 milhões, a preços de junho

MS consegue rolagem de 100%

O Estado de Mato Grosso do Sul será beneficiado com o reescalonamento de 100 por cento de sua dívida externa, contraída com a União. Esse foi um dos resultados das reuniões que tiveram na quarta-feira, dia 23, os governadores do PMDB com o presidente do partido e da Câmara, Ulysses Guimarães, e com o presidente José Sarney. O governador Marcelo Miranda, acompanhado de seu secretário da Fazenda, Flávio Derzi, participou do encontro dos 15 chefes de executivo estadual do PMDB com Ulysses e depois integrou a comissão de cinco governadores — os outros foram Newton Cardoso, de Minas Gerais, Henrique Santillo, de Goiás, Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, e Moreira Franco, do Rio de Janeiro — que se reuniram com Sarney no Palácio do Planalto.

Falando no final das várias reuniões, à noite, pouco antes de embarcar de regresso a Campo Grande, Marcelo Miranda explicou: "O Presidente propôs aos governadores uma rolagem da dívida externa sob determinado aspecto im-

portante para MS. Os Estados com dívida até 300 milhões de dólares teriam rolagem 100 por cento, de 300 a 500 milhões de dólares, 90 por cento, de 500 milhões a um bilhão de dólares, 80 por cento, e 75 por cento acima de um bilhão de dólares. Entretanto, alguns Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná são Estados que têm acima de um bilhão de dólares e, naturalmente, seriam prejudicados por esta proposta que, embora seja linear, sobrecarrega os cofres do

Estado de São Paulo. A solidariedade dos governadores aos governos de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul fez com que fosse constituída uma comissão que, conversando com o Presidente, "nós podemos colocar agora à tarde os secretários de Fazenda de cada um desses Estados em contato com o ministro do Planejamento para definir os valores do reescalonamento de cada um desses Estados".

ANÁLISE DAS ELEIÇÕES

Em seguida, o governador Marcelo Miranda abordou, pela primeira vez após as eleições municipais, as consequências do pleito sobre o panorama político do Estado: "A aliança democrática em Mato Grosso do Sul tinha um efeito até então em nível de deputados estaduais junto ao governador. A bancada da Frente Liberal nos apoiava até então. Acho que nós ainda vamos contar com alguns deputados da Frente Liberal somados aos deputados do PMDB. Assim teremos maioria na Assembleia Legislativa.



Marcelo Miranda